



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
 “Amazônia: Patrimônio dos brasileiros”
 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Termo de Referência 131/2025/ASCOM/DPG

Este Termo de Referência substitui o Termo de Referência 125 (0725290)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **licença anual da plataforma Freepik (plano Premium+)**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licença anual da plataforma Freepik Premium+, com acesso a imagens, vetores, ícones, templates e recursos gráficos, com uso comercial/institucional permitido.	432248 - Licença de uso de software	unidade	1	R\$ 2.685,62	R\$ 2.685,62
Valor Total da Contratação: R\$ 2.685,62 (dois mil seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).						

1.2. O bem objeto desta contratação é **comum** e a licença tem validade de 12 meses, não configurando fornecimento contínuo, com possibilidade de nova contratação futura.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução CSDPE Nº 98, de 17 de janeiro de 2024.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da **ativação da licença digital**.

1.5. O instrumento contratual será substituído por nota de empenho, na forma do artigo 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação legal da contratação

2.1. A presente contratação será realizada por **dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de contratação de pequeno valor e objeto comum.

2.2. A Contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2025 - 2ª Alteração (SEI nº 0685028) no [DEDPE/RR nº 1150](#), trata-se da contratação 04.

Necessidade da Contratação

2.3. Considerando a necessidade de utilização de recursos gráficos diversos para a produção de materiais de divulgação institucional, destaca-se como estratégia eficaz e abrangente a contratação de licenças de acesso a banco de imagens, vetores, ícones e templates profissionais, com o objetivo de qualificar e padronizar a identidade visual dos conteúdos produzidos pela Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPE/RR).

2.4. Este Termo de Referência destina-se à contratação de serviço de assinatura de plataforma Freepik Premium+, especializada em banco de recursos gráficos digitais, incluindo imagens, ilustrações vetoriais, ícones, arquivos editáveis e modelos de design, com acesso via login individual, para uso em criações institucionais. A contratação tem por finalidade ampliar a capacidade técnica da Assessoria de Comunicação Social no desenvolvimento de peças gráficas como cartazes, cards, folders, banners e demais materiais informativos.

2.5. Trata-se de uma ferramenta essencial para o fortalecimento da comunicação visual da instituição, permitindo que informações sobre campanhas, eventos e serviços sejam apresentadas de forma clara, acessível e atrativa à população, em formatos impressos e digitais, com qualidade profissional e respeitando critérios de padronização visual.

2.6. A contratação de serviço de acesso a banco de recursos gráficos representa uma solução eficiente e de baixo custo para qualificar a produção institucional, promovendo o engajamento do público e contribuindo significativamente para o alcance das ações de comunicação da DPE/RR. A melhoria na qualidade visual dos materiais pode ampliar a visibilidade das iniciativas da Defensoria, fortalecendo sua imagem institucional e alinhando-se à missão de garantir o acesso à justiça e à cidadania.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução escolhida é a contratação da assinatura anual do plano Premium+ do site Freepik, **por dispensa de licitação**, com base no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, considerando tratar-se de serviço comum de pequeno valor, com impacto direto na qualidade e padronização da comunicação visual da instituição.

3.2. O serviço é essencial para a produção de peças gráficas institucionais, não havendo alternativas locais ou forma de contratação fracionada, pois o serviço é disponibilizado exclusivamente via assinatura online.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A demanda se refere à aquisição de acesso remoto, por tempo determinado, a uma biblioteca digital com recursos visuais diversos, destinada à criação de materiais de comunicação institucional. Trata-se de serviço executado por meio de licença de uso, sem exigência de alocação de mão de obra exclusiva.

4.2. A contratação prevê o fornecimento de licenças anuais para uso de plataforma online que disponibilize imagens, ilustrações vetoriais, ícones, arquivos editáveis, modelos gráficos e demais elementos visuais em alta qualidade, com ampla cobertura temática, compatível com as demandas da Assessoria de Comunicação da DPE-RR.

4.3. A plataforma contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Disponibilidade de acesso integral (todos os dias, 24h), com login individualizado por usuário;
- b) Direito de utilização institucional e comercial dos materiais obtidos, sem necessidade de atribuição ou crédito;
- c) Interface compatível com os principais softwares de design gráfico utilizados pelo setor de comunicação;
- d) Biblioteca com atualização contínua e suporte técnico para eventuais inconsistências de acesso.

4.4. A presente contratação não requer transferência de conhecimento técnico especializado, tampouco envolve obrigações ambientais específicas.

Sustentabilidade:

4.5. Não se aplicam critérios específicos de sustentabilidade para o objeto em questão, considerando que a contratação trata de serviço digital prestado integralmente online, sem geração de resíduos ou impacto ambiental direto.

Da Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar.

Justificativa para o parcelamento ou não da solução

4.6. A contratação não será parcelada, pois se trata da aquisição de licença anual do serviço digital Freepik Premium+, disponibilizada exclusivamente de forma integrada. O fracionamento não é possível nem viável, técnica ou economicamente, uma vez que o serviço é comercializado apenas na modalidade anual e pré-paga.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A entrega da licença deverá ocorrer em até **72 (setenta e duas) horas**, após o envio da ordem de serviço, com a Nota de Empenho, por meio de ativação digital com login institucional.

5.2. A entrega será realizada via e-mail institucional ou ativação de login, sem necessidade de envio físico.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O serviço contratado tem garantia de funcionamento durante todo o período de vigência (12 meses), conforme política de suporte técnico da própria plataforma Freepik.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A Nota de Empenho, com força de contrato, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a DPE-RR e a contratada deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, especialmente quando o ato exigir tal formalidade.

6.3. A execução da Nota de Empenho, com força de contrato, será acompanhada e fiscalizada por servidor designado por portaria, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. O fiscal da Nota de Empenho, com força de contrato, deverá:

6.4.1. Anotar todas as ocorrências relevantes em histórico próprio, inclusive falhas técnicas ou dificuldades de acesso.

6.4.2. Notificar a contratada formalmente para correção de falhas, com prazos compatíveis com a natureza digital do serviço.

6.4.3. Comunicar ao gestor da Nota de Empenho, com força de contrato, quaisquer situações que exijam deliberação ou que excedam sua competência.

6.5. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o cumprimento das obrigações contratuais e o desempenho do serviço prestado, emitindo, ao final, parecer técnico sobre a regularidade da execução.

6.6. O gestor da Nota de Empenho, com força de contrato, consolidará as informações do fiscal, registrando eventuais inconsistências e providências adotadas, além de elaborar relatório final de execução e resultado.

6.7. O gestor da Nota de Empenho, com força de contrato, adotará medidas necessárias caso sejam identificadas falhas na execução, inclusive quanto à instauração de processo administrativo sancionador, quando cabível.

6.8. Ao final da vigência, deverá ser emitido relatório conclusivo sobre os resultados obtidos e a eficácia do objeto contratado para fins de controle institucional.

Preposto

6.9. Não será exigida a manutenção de preposto no local da execução, uma vez que o serviço é prestado integralmente em ambiente digital.

6.10. A empresa contratada deverá, contudo, manter canal de comunicação eficiente para contato com a Administração, bem como indicar um responsável técnico para tratar de eventuais demandas contratuais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (serviços)

Da medição e avaliação

7.1. A execução do objeto será aferida com base na verificação da **efetiva ativação da licença digital**, com acesso integral às funcionalidades previstas no plano contratado (Freepik Premium+), conforme previsto neste Termo de Referência.

7.1.1. O não cumprimento das condições previstas implicará:

7.1.1.1. glosa no pagamento, proporcional à falha verificada;

7.1.1.2. obrigação de correção imediata, sem ônus para a Administração;

7.1.1.3. aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Do recebimento

7.2. O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas:

7.2.1. Recebimento Provisório:

7.2.1.1. Ocorre em até **5 (cinco) dias úteis** após a confirmação da ativação da licença, mediante termo emitido pelo fiscal da contratação.

7.2.1.2. A contratada deverá apresentar e-mail ou confirmação de ativação funcional da conta institucional da DPE-RR.

7.2.2. Recebimento Definitivo:

7.2.2.1. Ocorre em até **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, caso não haja pendências ou inconsistências.

7.2.2.2. A Administração verificará a funcionalidade completa da plataforma, acesso aos recursos Premium+, e validade de 12 meses.

7.2.2.3. Em caso de falha ou ativação parcial do serviço, o fiscal poderá recusar o recebimento definitivo, exigindo correção ou substituição imediata do objeto, sem prejuízo das sanções previstas.

Da liquidação

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados da Nota de Empenho, com força de contrato, e do órgão contratante;

c) o período respectivo de execução da contratação;

d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de pagamento

7.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.5. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Da antecipação de pagamento

7.6. Não se aplicará antecipação de pagamento nesta contratação, em razão de o pagamento estar condicionado à comprovação de ativação da licença.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação**, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor e da natureza comum do objeto.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.1. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.2. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.3. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.4.4. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.4.5. O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

8.4.6. A comprovação de atendimento do disposto nos subitens 8.4.2, 8.4.3 e 8.4.4 deste Termo de Referência deverá ser feita na forma da legislação específica.

8.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual] ou [Municipal] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Qualificação Econômico-Financeira

8.5. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica

8.6. Dispensada, tendo em vista tratar-se de contratação de objeto comum, sem complexidade técnica e que não envolve prestação de serviço técnico especializado.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.685,62** (dois mil seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários do subitem 1.1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no orçamento da **Defensoria Pública do Estado de Roraima**.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	32.101 - Defensoria Pública do Estado de Roraima
FUNÇÃO	14 - Direitos à Cidadania
SUBFUNÇÃO	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
PROGRAMA DE GOVERNO	096 - Prestação da Defesa Jurídica e da Cidadania
AÇÃO (P/A/OE)	2259 - Assistência Jurídica Gratuita ao Cidadão
ELEMENTO DE DESPESA*	33.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
FONTE	1.500

Elaborado por:

Matheus Ilya Martins de Almeida
Assessor Especial II - ASCOM

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos do art. 7º, inciso I da Portaria/DPG n.º 627/2024/DPG-CG/DPG

Celton Ramos dos Santos
Assessor de Comunicação Social - ASCOM
(assinado eletronicamente)

ANEXO I - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO																							
PROCESSO Nº																							
NOTA DE EMPENHO Nº:																							
CONTRATADA:																							
CNPJ:																							
OBJETO:																							
DECLARAÇÃO: A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, entregou à Defensoria Pública do Estado de Roraima o objeto constante na ordem de serviço nº ____ e na Nota Fiscal nº _____ , em caráter PROVISÓRIO , para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes neste instrumento, não importando em aceitação do que foi entregue, ficando estabelecido que a Defensoria do Estado de Roraima poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto deste, caso observe que o mesmo se encontra em desacordo com o objeto licitado.																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 5%;">ITEM</th> <th style="width: 35%;">ESPECIFICAÇÕES</th> <th style="width: 5%;">UND.</th> <th style="width: 5%;">QNTD.</th> <th style="width: 15%;">VALOR UNITÁRIO</th> <th style="width: 15%;">VALOR TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">01</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> <tr> <td colspan="5">TOTAL GERAL</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> </tbody> </table>						ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	01				-	-	TOTAL GERAL					-
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL																		
01				-	-																		
TOTAL GERAL					-																		
OBSERVAÇÕES:																							
<p><i>(Assinatura Eletrônica)</i></p> <p>Fiscal da contratação - DPE/RR</p>																							

ANEXO II - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO																	
PROCESSO Nº:																	
NOTA DE EMPENHO Nº:																	
CONTRATADO:																	
CNPJ:																	
OBJETO:																	
DECLARAÇÃO: A Defensoria Pública do Estado de Roraima, neste ato representado pelo servidor abaixo descrito declara para os devidos fins, que a empresa empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, entregou, de forma DEFINITIVA , o objeto constante na ordem de serviço nº ____ e Nota Fiscal nº _____ , conforme quantidades e descrições indicadas abaixo:																	
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 5%;">ITEM</th> <th style="width: 35%;">ESPECIFICAÇÕES</th> <th style="width: 5%;">UND.</th> <th style="width: 5%;">QNTD.</th> <th style="width: 15%;">VALOR UNITÁRIO</th> <th style="width: 15%;">VALOR TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>						ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL												

01					
TOTAL GERAL					
OBSERVAÇÕES:					
<i>(Assinatura Eletrônica)</i> Fiscal da Contratação - DPE/RR					

ANEXO III - MODELO DE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANOS	
NOTA DE EMPENHO Nº:	VIGÊNCIA DA NOTA DE EMPENHO, COM FORÇA DE CONTRATO:
CONTRATADO:	PRAZO:
OBJETO:	
VALOR DA CONTRATAÇÃO:	FISCAL:
REPRESENTANTE DA CONTRATADA:	
Sr. Representante, Pelo presente comunico-lhe as seguintes ocorrências durante a execução da Nota de Empenho supracitado: <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 4. Ciente dos fatos, a CONTRATADA deverá encaminhar à Fiscalização, no prazo máximo de _____(dias), justificativa e informações quanto as providências tomadas para resolução.	

ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº ____/____					
PROCESSO Nº:					
NOTA DE EMPENHO Nº:					
CONTRATADA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
Solicito a entrega dos itens nas quantidades abaixo relacionadas:					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
2					
TOTAL DO PEDIDO (R\$)					

Observações:*(Assinatura Eletrônica)*

Fiscal da Contratação - DPE/RR

ANEXO V**Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato****Regras aplicáveis à Nota de Empenho, com força de contrato****1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1.** referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.2.** O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo VI).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1.** O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência.
- 3.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução da Nota de Empenho, com força de contrato, e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.3.** Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
- 3.4.** Aplicar à Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação;
- 3.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 3.6.** Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da contratação;
- 3.7.** Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita à Contratada;
- 3.8.** Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 4.2.** Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
- 4.3.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Nota de Empenho, com força de contrato, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.4.** Comunicar à Defensoria Pública do Estado de Roraima no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que atrase a execução dos serviços;
- 4.5.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço;
- 4.6.** Manter durante toda a vigência da Nota de Empenho com força de contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação nesta contratação direta.

4.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

5. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da Nota de Empenho com força de contrato, administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. A Nota de Empenho com força de contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. A Nota de Empenho com força de contrato e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Sanções Administrativas:

6.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e Resolução CSDPE nº 98, de 17 de janeiro de 2024, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho com força de contrato;

b) der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho com força de contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Nota de Empenho com força de contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução da contratação;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Nota de Empenho com força de contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.1.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.1.2.1. A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado neste termo, e será aplicada nos seguintes percentuais:

IV) Multa:

- I - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- II - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da Nota de Empenho com força de contrato executado em desconformidade com o prazo previsto neste termo;
- III - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor da Nota de Empenho com força de contrato executado em desconformidade com o prazo previsto neste termo;
- IV- Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora da Nota de Empenho com força de contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.
- V- 2% (dois por cento) sobre o valor da a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
 - b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Defensoria Pública do Estado de Roraima;
 - c) tumultuar a sessão pública da licitação;
 - d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
 - e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
 - f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores da Defensoria Pública do Estado de Roraima, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela respectiva Defensoria Pública do Estado de Roraima;
 - g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
 - h) propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;
- VI- 3% (três por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, com força de contrato, ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de manter as condições de habilitação durante da Nota de Empenho, com força de contrato;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Defensoria Pública do Estado de Roraima, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
 - e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
 - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto deste termo;

- g) utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto deste termo;
- h) tolerar, no cumprimento deste termo e da Nota de Empenho com força de contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Defensoria Pública do Estado de Roraima;
- j) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- k) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

VII- 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VIII- 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho com força de contrato ou do valor estimado da contratação, quando o contratado der causa, respectivamente, à rescisão da Nota de Empenho com força de contrato.

IX- 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho com força de contrato em caso de inexecução parcial definitiva do objeto deste termo.

X- 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho com força de contrato em caso de inexecução total do objeto deste termo.

§ 1º Os atos convocatórios poderão dispor de outras hipóteses de multa, desde que justificadas pelo respectivo setor da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

§ 2º O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma do empenho com força de contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do empenho com força de contrato em casos de contratação direta e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 3º Constatado o atraso na execução de serviços, a unidade gestora da contratação deverá iniciar a instrução da penalidade de multa após o cálculo do valor pelo Gestor do empenho com força de contrato, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.1.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.4. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.1.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.1.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.1.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.1.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

6.1.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133/21).

6.1.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Os preços contratados são fixos e irremovíveis durante o prazo de vigência da contratação, ressalvada a possibilidade de aplicação de reajuste caso a vigência da contratação ultrapasse 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta, nos termos do artigo 135 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de a contratação ultrapassar esse prazo e persistir no exercício seguinte, poderá ser concedido reajuste, mediante solicitação formal da contratada, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)

7.3. Independentemente de cláusula expressa, é assegurada a revisão dos valores contratados para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sempre que ocorrerem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente as condições da execução.

8. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

8.1. A contratação formalizada por nota de empenho extinguir-se-á automaticamente com o decurso do prazo nela estipulado, independentemente de terem sido integralmente cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, sem prejuízo da responsabilidade por eventuais descumprimentos.

8.1.1. A contratação poderá ser extinta antes do prazo nela fixado, sem ônus para a Administração, nas seguintes hipóteses:

- a) quando não houver disponibilidade orçamentária para sua continuidade;
- b) quando a Administração entender que a contratação não mais atende ao interesse público ou deixou de representar vantagem para a Defensoria Pública.

8.1.2. Caso a notificação da intenção de não continuidade da contratação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de encerramento do prazo de vigência da nota de empenho, a extinção produzirá efeitos apenas após o transcurso de 2 (dois) meses da comunicação formal, salvo se acordado entre as partes prazo inferior.

8.2. A contratação poderá ser extinta antecipadamente por quaisquer das causas previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive de forma unilateral ou por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

8.2.1. Nessas hipóteses, aplicar-se-ão, no que couber, os dispositivos dos arts. 138 e 139 da referida Lei.

8.2.2. A alteração na estrutura societária da empresa contratada, na sua finalidade ou na sua composição societária, não ensejará, por si só, a extinção da contratação, desde que não comprometa sua capacidade técnica, operacional ou financeira.

8.2.2.1. Caso a alteração implique substituição da pessoa jurídica, deverá ser formalizada alteração subjetiva por meio de termo específico.

8.3. A formalização da extinção da contratação será instruída, sempre que possível, com os seguintes elementos:

- 8.3.1.** Demonstrativo das obrigações já cumpridas, total ou parcialmente;
- 8.3.2.** Relação dos valores pagos e eventualmente devidos;
- 8.3.3.** Indicação das multas e indenizações cabíveis, se houver.

9. DOS CASOS OMISSOS

9.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

10. DAS ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

10.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho com força de contrato

10.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DO FORO

11.1. É eleito o Foro da Comarca de Boa Vista/RR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

ANEXO VI

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

Em 05 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS ILYA MARTINS DE ALMEIDA, Assessor Especial II**, em 05/09/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Boa Vista/RR, com fundamento no art. 6º, § 1º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), e Portarias DPG nº [877, de 1º de setembro de 2017](#) e nº [1251, de 15 de dezembro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CELTON RAMOS DOS SANTOS, Assessor de Comunicação**, em 05/09/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Boa Vista/RR, com fundamento no art. 6º, § 1º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), e Portarias DPG nº [877, de 1º de setembro de 2017](#) e nº [1251, de 15 de dezembro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.rr.def.br/autenticidade>, informando o código verificador **0730894** e o código CRC **2754DC2D**.